



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

O LUGAR DAS LÍNGUAS IMIGRANTES NÃO-EUROPEIAS ENQUANTO OBJECTO NA SOCIOLOGIA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

MATIAS, Ana Raquel Monteiro

Doutoramento, Sociologia das migrações e da language, CES-UC

raquel_matias@hotmail.com

Resumo

Uma das recentes áreas de estudo em migrações internacionais na Europa tem sido o crescente peso demográfico de populações de línguas ditas imigrantes não-europeias. Sendo uma realidade do final da Segunda Guerra Mundial e da diversidade de fenómenos migratórios de massa desde aí emergentes -- com consequências demográficas na composição da população na Europa Ocidental -- a visibilidade da sua diversidade linguística emerge essencialmente nos finais dos anos 1990. No entanto, não raras vezes esta visibilidade tem sido remetida para uma questão cultural vazia de implicações políticas determinantes que lhe confere uma importante invisibilidade-- porque tomada enquanto fenómeno provisório face a uma assimilação linguística esperada.

É objectivo desta apresentação tentar desconstruir a relação de contrários intrínseca nesta (in)visibilidade: por um lado, a necessidade de aquisição da língua dominante do país de residência; por outro lado, o questionamento sobre a importância da transmissão e aquisição dos repertórios linguísticos ditos de origem imigrante na aquisição de novos repertórios. Mais, esta polarização tende a ser dominante na forma como as medidas de política linguística e de integração são concebidas, aplicadas e avaliadas, revelando alguma ausência de consonância entre os projectos políticos existentes e os processos e tempos de aprendizagem e de aquisição de línguas.

É meu objectivo discutir a necessidade de aprofundar o impacto sociológico de tal polarização, partindo de três pontos de análise. Primeiro, analisando como a imagem oficial da maioria dos países da Europa Ocidental revela uma representação da sociedade que desencoraja um conhecimento mais aprofundado da diversidade sociolinguística existente (Exta and Gorter, 2001; Gogolin, 2002). Segundo, discutindo a forma como os Estados liberais têm progressivamente reconhecido um crescente pluralismo cultural concedendo, no entanto, menor espaço à diversidade linguística (Joppkes and Morawska, 2002). Finalmente, realçando a necessidade de cruzamentos interdisciplinares para aprofundar o estudo das consequências linguísticas dos fenómenos migratórios, particularmente na sociologia.

Abstract

One of the recent areas in international migration studies in Europe has been the increasing demographic weight of populations of non-European immigrant languages. However, this reality dates from the end of the Second World War, with the emerging of mass migratory phenomena and its diversity in terms of demographic composition of the population in Western Europe. The visibility of these populations' linguistic diversity has become an object of study mainly in the late 1990s, not rarely approached as a cultural matter devoided of politic determinants - because taken as a temporary phenomenon compared versus an expected linguistic assimilation.

This presentation aims to deconstruct the intrinsic relationships of opponents within (in) visibility: on the one hand, the need to acquire the dominant language in the country of residence; on the other hand, to question the importance of transmitting and acquiring linguistic repertoires of immigrant origin during the acquisition of new repertoires. Furthermore, these bias tend to be dominant in framing, implementing and evaluating language and integration. This is clear when observing the lack of consonance between current political processes and the needed time for language learning and acquisition.

It is our purpose here to discuss the need to deepen the sociological impact of such bias, departing from three points of analysis. First, by observing that the existing linguistic diversity is more significant than the aforementioned official picture suggests in the Western European societies, and that the latter has made it difficult to get a clear view on the real state of language diversity in these countries (Exta and Gorter, 2001; Gogolin, 2002). Second, discussing how liberal states have increasingly recognized a growing cultural pluralism granting, however, few place for linguistic diversity (Joppkes and Morawska, 2002). Finally, we highlight the need for interdisciplinary inputs on the understanding of the linguistic consequences of migration, particularly in sociology.

Palavras-chave: políticas linguísticas; assimilação; atitudes linguísticas; “minorização”

Keywords: language policy; assimilation; attitudes towards languages; “minorization”

COM0208

Uma das recentes áreas de estudo em migrações internacionais na Europa tem sido o crescente peso demográfico de populações de línguas ditas imigrantes não-europeias. Sendo uma realidade do final da Segunda Guerra Mundial e da diversidade de fenómenos migratórios de massa desde aí emergentes -- com consequências demográficas na composição da população na Europa Ocidental -- a visibilidade da sua diversidade linguística emerge essencialmente nos finais dos anos 1990. No entanto, não raras vezes esta visibilidade tem sido remetida para uma questão cultural vazia de implicações políticas determinantes que lhe confere uma importante invisibilidade-- porque tomada enquanto fenómeno provisório face a uma assimilação linguística esperada.

É objectivo desta apresentação tentar desconstruir a relação de contrários intrínseca nesta (in)visibilidade: por um lado, a necessidade de aquisição da língua dominante do país de residência; por outro lado, o questionamento sobre a importância da transmissão e aquisição dos reportórios linguísticos ditos de origem imigrante na aquisição de novos reportórios. Mais, esta polarização tende a ser dominante na forma como as medidas de política linguística e de integração são concebidas, aplicadas e avaliadas, revelando alguma ausência de consonância entre os projectos políticos existentes e os processos e tempos de aprendizagem e de aquisição de línguas.

É meu objectivo discutir a necessidade de aprofundar o impacto sociológico de tal polarização, partindo de três pontos de análise. Primeiro, analisando como a imagem oficial da maioria dos países da Europa Ocidental revela uma representação da sociedade que desencoraja um conhecimento mais aprofundado da diversidade sociolinguística existente (Exta and Gorter, 2001; Gogolin, 2002). Segundo, discutindo a forma como os Estados liberais têm progressivamente reconhecido um crescente pluralismo cultural concedendo, no entanto, menor espaço à diversidade linguística (Joppkes and Morawska, 2002). Finalmente, realçando a necessidade de cruzamentos interdisciplinares para aprofundar o estudo das consequências linguísticas dos fenómenos migratórios, particularmente na sociologia.

1. Imagem oficial dos países europeus e sua diversidade linguística

Neste primeiro ponto proponho discutir o facto de que, ao privilegiar-se uma imagem oficial de populações nacionais que se pretendem tendencialmente homogéneas ao nível linguístico, se tem, na Europa ocidental, desencorajado um conhecimento mais aprofundado da diversidade linguística aí existente (Gogolin, 2002; Exta and Gorter, 2001). Por diversidade linguística entende-se não apenas o reconhecimento de diferentes reportórios pela sua norma linguística, como também das variações determinadas geográfica, cronológica e geracionalmente (mas também socioeconómica). O desencorajamento face ao conhecimento desta realidade é desde logo visível nas estatísticas/categorizações oficiais disponíveis -- que nos revelam importantes limitações na aferição da variedade de indivíduos bi- ou plurilingues.

Relega-se estatutos diferenciados aos diferentes reportórios linguísticos que se reconhecem existir, aferindo-lhes a qualidade de línguas minoritárias por se assumir serem faladas/praticadas/transmitidas por minorias numéricas, mas também por lhes ser aferida uma menor e decrescente vitalidade linguística (aqui, no sentido de Fishman). Falamos, por exemplo, das línguas ditas regionais; as línguas não territoriais, e as ditas línguas imigrantes -- onde a "minorização" diferenciada surge justificada sob tempos e filosofias definidores duma hierarquia que é sobretudo política mas que se diz sustentada demográfica, histórica e linguisticamente. Estas distinções revelam-se, não raras vezes pouco claras, onde a fronteira entre a sua minorização e a foclorização identitária é por vezes ténue, e a importância política concedida ao nível nacional e europeu se sobrepõe por vezes à sua efectiva presença demográfica ao nível local ou regional. No que se refere às línguas ditas imigrantes, são aquelas sobre as quais recai o estatuto mais minorizante, com políticas nacionais como internacionais ainda mais restrictivas e limitadas em número e no seu alcance.

Assim, as línguas ditas imigrantes são caracterizadas como estrangeiras dada a sua suposta presença recente no território, apresentando, conseqüentemente, uma importância demográfica recente que lhes afere uma menor importância territorial, histórica e política. Mas a sua categorização enquanto "língua imigrante" e não "língua estrangeira" deve-se à sua visibilidade enquanto reportório duma população imigrante com origem em países para os quais não se reconhece uma importância linguística maior no cenário político da União

Europeia – reforçando, assim, a sua exogeneidade conceptual face ao território nacional de referência (exemplos, as línguas árabe e turca versus o português, espanhol, russo ou o mandarim). Esta construção social de tipos de línguas exógenas ao território torna-se mais evidente com a variabilidade do estatuto de alguns reportórios linguísticos das populações de origem imigrante -- enquanto nuns países europeus mantêm-se essencialmente como parte integrante de políticas de integração direccionadas em quase exclusivo a populações de origem imigrante (de forma mais ou menos explícita), noutros têm vindo a assumir gradualmente o papel de línguas estrangeiras ao integrarem o leque de oferta no ensino público ao nível dos ensinos básico, secundário e terciário .

Por outro lado, quando existentes, as políticas que lhe são dirigidas são cegas à diversidade linguística intrínseca das populações a que fazem referência. Tal acontece quando se abre espaço para apoiar unicamente as línguas oficiais dos países de origem ou reportórios dominante numa área geográfica específica (ex. língua oficial turca ou árabe clássico), o que leva a uma tripla minorização linguística dos indivíduos – tidos já como minoritários no país / região de origem, estes veem a sua condição de grupos linguísticos minoritários ser reforçada com a emigração, seja face à língua dominante no país de emigração como também à comunidade da mesma origem imigrante-nacional/regional e das políticas linguísticas que lhe são direccionadas. A mesma falta de reconhecimento da variedade linguística dos indivíduos se observa para as populações originárias dos países de língua oficial portuguesa, muitas vezes tidas como praticantes numa norma linguística idêntica à do português europeu, independentemente da sua língua materna e da pluralidade da sua actual proficiência linguística.

2. Pluralismo cultural avesso à diversidade linguística

As abordagens “pluralistas” que surgem na Europa ocidental a partir da segunda metade do século XX, são particularmente incidentes entre os anos 1970-1990, quando se toma a consciência de que a maioria dos fenómenos imigratórios demonstravam, afinal, um carácter mais permanente que provisório, contrariamente ao explícito nas políticas migratórias que caracterizaram a retoma económica da Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em particular, a questão da diversidade linguística regressa às agendas políticas já nos anos 1970, colocada em termos de suporte e protecção legal dos reportórios linguísticos ditos não oficiais. No entanto, na implementação dos programas que visam o seu ensino e divulgação, a vitalidade linguística de cada um destes reportórios é consecutivamente tida como significativamente ou tendencialmente baixa, salvo poucas excepções. Perceber a aparente contradição entre objectivos e resultados das medidas que se têm implementado desde então implica compreender uma importante limitação implícita neste tipo de reconhecimento oficial – não raras caracterizado pela “exclusão conceptual” das línguas que se diz efectivamente defender e promover.

Primeiro, porque as principais medidas existentes são dirigidas a populações específicas a quem são aferidas necessidades particulares de aprendizagem, sejam necessidades de integração pedagógica, cultural ou de cidadania. Por exemplo, no que se refere às medidas direccionadas a populações imigrantes estas têm revelado uma natureza provisória, enquadradas em políticas de integração destinadas em quase exclusivo a populações de origem imigrante, integradas em programas e horários extra-curriculares, cujo acompanhamento e avaliação dos resultados se têm focado não nas ditas línguas imigrantes que se ensinam, mas no seu impacto em processos de aprendizagem da língua escolar e dos resultados escolares no geral. Este enquadramento distingue estas medidas do ensinamento doutras línguas ditas “estrangeiras”, cujo foco de aprendizagem é a aquisição destas últimas -- uma diferença conceptual e programática que influencia o estatuto social de cada tipo de língua, logo, influenciando a motivação dos alunos à sua aprendizagem e utilidade, bem como à continuidade da sua prática e aprendizagem.

Segundo, essa “exclusão conceptual” está igualmente presente nas políticas que abraçam a necessidade de promover o diálogo intercultural – onde se valorizam culturas diferentes ao mesmo tempo que se categorizam as origens culturais de cada uma das línguas imigrantes enquanto “estrangeiras” à cultura e à história do país de imigração. Ou seja, estas surgem na qualidade de reportórios linguísticos e culturais

residentes mas “não-nacionais”, “não-territoriais”, “não-regionais”, “não-indígenas”, “não-Europeias”. Ignora-se, assim, que a actual presença dum parte significativa destes reportórios linguísticos resulta de relações históricas já antigas entre países e regiões, reveladoras de contactos linguísticos já antigos – principalmente quando nos referimos a populações com uma história pós-colonial recente.

3. Desconstruir evidências empíricas através da interdisciplinaridade

Compreender a menor atenção dada à diversidade linguística consequente dos fenómenos migratórios implica perceber, também, como se constroem evidências empíricas que promovem a acomodação das diferenças culturais através da compatibilização entre assimilação linguística e os valores liberais.

Vários estudos na área das migrações internacionais na Europa Ocidental têm, assim, reforçado a ideia da inevitabilidade da perda da língua materna por parte das populações de origem imigrante – através de gerações e independentemente das estratégias familiares de transmissão de língua durante a infância. Estes estudos procuram demonstrar que tal se deve ao facto que o bi-plurilinguismo não se mostra compensatório face à necessidade premente de adquirir competências na língua dominante da sociedade em que se reside, focando as razões e consequências dessa assimilação ao nível sobretudo individual. Os argumentos neste sentido são variados, dos quais mencionarei aqui alguns entre os principais: 1) primeiro, e na perspectiva das teorias do capital humano, porque o investimento nas línguas ditas imigrantes tende a não justificar o seu retorno dado o número da população que praticam as ditas línguas ou o tipo de redes sociais que lhe estão associadas; 2) segundo, e de acordo com as teorias de aquisição de língua segunda (SLA), as competências na língua da escola, tida como principal “língua de integração”, são principalmente determinadas pela estrutura linguística desta mesma língua, da mesma forma como a motivação à sua aprendizagem depende da aculturação ao universo cultural desta -- revelando pouco ou nenhuma relação com a estrutura da língua minoritária dos imigrantes, mesmo quando tida como língua materna; 3) na mesma lógica, em situações de forte segregação socioeconómica, a prática de línguas minoritárias em casa é tida como factor potencialmente bloqueador à aquisição da língua escolar (aqui como “língua de integração”) e, conseqüentemente, de menores resultados escolares; 4) finalmente, porque os pontos anteriores sugerem que medidas de integração “demasiadamente pluralistas” acentuam as diferenças culturais entre os indivíduos – promovendo, assim, a sua separação comunitária e social, ao mesmo tempo que bloqueando a aprendizagem da “língua de integração” que promoveria, por sua vez, os contactos linguísticos entre e de todos.

No entanto, ao estudar cada uma destas tendências damo-nos conta da necessidade de as aprofundar. Primeiro, procurando perceber que estudar os processos linguísticos consequentes dos fenómenos migratórios implica compreendê-los enquanto processos de mudança societal, que podem ser apreendidos ao nível das competências individuais mas cuja mudança impera sobretudo ao nível colectivo. Segundo, porque falamos então de contactos entre diferentes reportórios e normativas linguísticas e outras variantes, contactos esses que promovem uma maior ou menor consciência linguística dos indivíduos dependendo das circunstâncias em que esses contactos acontecem. Terceiro, porque para melhor compreender como acontecem esses contactos necessitamos também de “construir pontes entre os factores socioculturais que lhe são inerentes (seja entre sociedade de acolhimento e a população de origem imigrante, como entre diferentes gerações – avós, pais, filhos e netos, entre outros); bem como pontes entre os factores socioculturais e os processos de desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos” (Baker e Hornberger, 2001: 127-129, minha tradução). Quatro, porque falamos de fenómenos sociológicos de natureza linguística, necessitamos de contributos interdisciplinares para melhor aprofundar a análise sociológica. E gostaria de mencionar alguns dos principais contributos da análise aqui apresentada.

Por exemplo, da importância dos estudos psicolinguistas, como Wallace Lambert e sua equipa, que desde os anos 1960 contribuíram para a demonstração das vantagens cognitivas do plurilinguismo, por vezes esquecidas nos estudos de migrações internacionais. Nesta área tem sido dado particular enfoque à relação entre factores como a inteligência, a motivação e a auto-estima, salientando, assim, a importância que determinados factores não linguísticos demonstram ter em contextos de aprendizagem e prática de línguas. Evocam o plano interaccional, com os seus agentes e respectivas competências linguísticas (família, outros pares, e diversos agentes institucionais), e também das normas, valores e atitudes de cada um -- combinação

reveladora não apenas da frequência dos contactos linguísticos mas também da sua qualidade. Resumidamente, a partir desta área tem-se compreendido que: origem social + frequência e qualidade dos contactos linguísticos =>(influenciam)=> atitudes e motivações individuais =>(influenciam)=> aprendizagem e usos de cada reportório linguístico =>(promovem)=> retenção/ assimilação/ perda / tipos de mono-bi-plurilinguismo.

Dos linguistas gostaria aqui de mencionar dois contributos importantes de Jim Cummins: 1) ao demonstrar que a estrutura linguística da(s) língua(s) materna(s) é fundamental para assegurar desenvolvimento das capacidades dos indivíduos em quaisquer processos de aprendizagem – e mais do que a idade mínima de aprendizagem de novas línguas; 2) e demonstrando também que o prolongamento do contacto com uma língua implica assegurar o desenvolvimento das competências dos indivíduos nessa mesma língua, por forma a evitar consequências negativas ao nível do desenvolvimento das capacidades de aprendizagem e auto-estima dos indivíduos. Ambas as relações revelam-se fundamentais em contextos de aprendizagem escolar, por exemplo.

Finalmente, os estudos sociolinguistas, como Fishman e Brizic, que se distinguem dos anteriores pela abordagem aos diferentes reportórios linguísticos enquanto factores de distinção social, reposicionando a sua variabilidade de acordo com o contexto, que poderá variar tanto ao nível meso (família, bairro, comunidade linguística, escola) como macro (políticas educativas, laborais, de imigração, reconhecimento institucional). Relembrem também que o capital linguístico dos indivíduos é resultado da sua socialização linguística ao longo da vida, transmissível entre gerações não apenas em termos de competências mas essencialmente de atitudes e auto-estima linguísticas -- com efeitos por vezes mais determinantes que a presença demográfica dum grupo linguístico. Em suma, têm demonstrado que o enquadramento sociopolítico de cada reportório linguístico exerce a maior influência sobre as atitudes e competências linguísticas dos indivíduos, bem como na experiência colectiva.

4. Em guisa de conclusão

Compreender a necessidade de pensar a diversidade linguística para lá da assimilação implica aprofundar o nosso conhecimento sobre a forma como decorrem os processos de aprendizagem, aquisição e prática de línguas em contextos em que um dos reportórios é marginalizado/"minorizado", comparando com contextos em que tal não acontece. Tal poderá não acontecer seja porque se incluem as línguas maternas nos processos de aprendizagens oficiais, seja porque se ensina a língua da escola como língua segunda e não como língua materna/primeira, seja porque não se afere à diversidade linguística dos alunos um handicap que é preciso colmatar mas um potencial que é preciso desenvolver e retirar efeitos.

Assim, afirmar que a assimilação linguística permite uma aparente maior comunicação e integração dos indivíduos na sociedade em geral, poderá incorrer-nos numa falácia com elevados custos intergeracionais. Por exemplo, em situações em que tal não acontece de forma equitativa entre diferentes gerações numa mesma rede familiar, a assimilação numa geração porta consigo o risco de dissonância ou disrupção comunicativa, e mesmo cultural, no seio da família, isolando os indivíduos. Abordar estas implicações significa (re)colocar a importância das dinâmicas familiares e das redes de sociabilidade nas estratégias de transmissão de conhecimento, e sobretudo de mobilidade social, onde se cruzam transmissão de conhecimentos, de identidades e de auto-estima (Norton, 2000, Bourdieu, 1991; Lahire, 2005).

Em suma, torna-se necessário dar uma atenção particular ao grau de envolvimento de cada indivíduo nos conflitos linguísticos que emergem dos fenómenos migratórios, bem como à forma como as instituições abraçam a diversidade cultural e reconhecem o impacto desta última.

Referências Bibliográficas

Baker, Colin and Nancy Hornberger (eds.) (2001), *An Introductory Reader to the Writings of Jim Cummins*, Multilingual Matters, Clevedon.

Bourdieu, Pierre (1991), *Language and symbolic power*, Cambridge, Polity Press.

- Brizić, Katharina(2006), “The secret life of languages. Origin-specific differences in L1/L2 acquisition by immigrant children”, *International Journal of Applied Linguistics*, 16 3,pp.339-362.
- Extra, Guus, and Durk Gorter (eds.) (2001), *The Other Languages of Europe: Demographic, Sociolinguistic and Educational Perspectives*, Clevedon, Multilingual Matters.
- Fishman, Joshua (1964), “Language Maintenance and Language Shift as a Field of Inquiry, *Linguistics - An Interdisciplinary Journal of the Language Sciences*”, in Ofelia Garcia, Rakhmiel Peltz, Harold Schiffman and Gella Fishman (eds.)(2006), *Language Loyalty, Continuity and Change: Joshua Fishman’s Contributions to International Sociolinguistics*, Clevedon, Multilingual Matters.
- Gogolin, Ingrid (2002), *Linguistic Diversity and New Minorities in Europe. Guide for Development of Language Education Policies in Europe: From Linguistic Diversity to Plurilingual Education*, Language Policy Division, DGIV – Directorate of School, Out-of-School and Higher Education, Strasbourg, Council of Europe.
- Joppke, Christian and Ewa Morawska 2002, *Toward Assimilation and Citizenship. Immigrants in Liberal Nation-States*, London, Palgrave.
- Lahire, Bernard (2005), *L’homme pluriel. Les ressorts de l’action*, Paris, Armand Colin.
- Lambert, Wallace (Psychological Monographs 1963) “Psychological Approaches to the Study of Language”, 76, 27, pp. 1-23.
- Lambert, Wallace (1972), *Language, Psychology and Culture: Essays by Wallace E. Lambert*, Stanford University Press.
- Norton, Bonny (2000), *Identity and Language Learning: Gender, Ethnicity and Educational Change*, Essex, Pearson Education Limited.